

PATRIMÔNIO CULTURAL: UM ESTUDO SOBRE A CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO CEMITERIAL E A ARTE TUMULÁRIA

Telma Schuarça¹

Zeloi Martins dos Santos²

RESUMO

A pesquisa objetivou estudar determinado espaço cemiterial, evidenciar correlações com questões patrimoniais em seus sentidos material e imaterial e observar contextos históricos, sócio-culturais, etnológicos e de expressões artísticas, além de compreender as relações familiares e afetivas existentes em relação aos monumentos/túmulos. Como campo de observação escolheu-se o Cemitério Municipal São Francisco de Paula, situado em Curitiba. O embasamento teórico e metodológico realizou-se por meio de referenciais sobre patrimônio cultural, questões específicas da História, conteúdos correlatos aos espaços cemiteriais, simbologias e arte tumular.

Palavras-chave: patrimônio cultural; história; cemitério; arte tumularia.

A apreciação do que se denomina patrimônio histórico pode-se pensar como uma espécie de elemento revelador da condição da sociedade, ele coexiste e relaciona-se com o cotidiano de todos os

¹ Acadêmica do 4º ano do curso de Licenciatura em Artes Visuais da Faculdade de Artes do Paraná – FAP

² Doutora em História pela UFPR, professora do Colegiado do curso de Dança, líder do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Arte - GIPA. zeloimartins@gmail.com

indivíduos que a ela pertencem. Geralmente o patrimônio histórico é identificado mais objetivamente na sociedade em âmbito material, quer dizer, pelas edificações assim consideradas, porém o assunto se estenderá quando observadas as manifestações culturais, essas consideradas patrimônio de esfera “intangível” ou “imaterial”. Desse modo o entendimento que se deva ter por “patrimônio” não se restringe apenas a bens móveis e imóveis, e portanto é necessário estender o termo para “Patrimônio Histórico Artístico e Cultural”, ou seja, um conjunto que comporta correlações que visam uma apropriação sensorial, intelectual e também afetiva por parte dos indivíduos. A palavra patrimônio³, se verificada em dicionários, trará denominações ligadas às estruturas familiares, econômicas e jurídicas, bem ou usufruto de uma determinada comunidade, ou ainda pode determinar a acumulação de objetos que se relacionam com o passado, com a memória de uma sociedade.

Para compreender mais claramente o que seja “patrimônio”, o professor francês *Hugues de Varine-Boham*⁴ sugere que, o termo “Patrimônio Cultural” divide-se em categorias e nesse caso se faz necessária a análise de cada uma delas. Em primeiro lugar há os elementos considerados naturais ou recursos naturais, quer dizer, tudo aquilo que a natureza oferece ao homem. Em um segundo momento

³ Dicionário Melhoramentos da Língua Portuguesa, p. 767, São Paulo, 1988.

⁴ *Hugues de Varine*, museólogo e professor francês, também ex-presidente do Conselho Internacional dos Museus (ICOM) e consultor internacional na área de museus. Com frequência, realiza missões culturais em todo mundo, apresentando e discutindo sua experiência na implantação e gestão de Ecomuseus em diversos países. Assunto disponível em: <<http://www.cultura.mg.gov.br>>. Acesso em: 31 maio 2010.

tem-se os elementos de conhecimento, ou seja, o saber e o fazer desenvolvidos pelo homem para o aproveitamento dos recursos naturais. Os bens culturais se colocam na terceira categoria, são os objetos, construções, sítios arqueológicos, artefatos, entre outros, todos obtidos por meio do saber e do fazer com os recursos naturais disponíveis. Isso significa que os bens culturais dependem dos elementos contidos na primeira e segunda categorias para se constituírem.

O reconhecimento aos monumentos históricos iniciou-se de forma mais efetiva em 1837, na França, com a criação da primeira Comissão dos Monumentos Históricos. No entanto eram somente inventariados monumentos que possuíam características arqueológicas, históricas e de arquitetura erudita; mais tarde, no entanto, análises e reflexões sobre o tema e seus desdobramentos, viram a necessidade de categorizar esses monumentos e de ampliar suas tipologias. Assim novas denominações foram adotadas para classificar os considerados patrimônios históricos, a arquitetura menor, a arquitetura vernacular, a arquitetura industrial. Além disso, malhas urbanas, conjuntos de casas, aldeias e até mesmo cidades inteiras passaram a fazer parte da lista do Patrimônio Mundial instituída pela UNESCO, e, cabe ressaltar ainda que alguns espaços cemiteriais também se estabeleceram como patrimônio devido à sua grande relevância cultural nas respectivas sociedades onde se encontram. Portanto há uma representação material ilimitada do que se pode conceber como patrimônio.

A chegada do século XX foi demarcada por interesses mais expressivos em relação ao tema. A França aparece como um dos países⁵ que mais esforços compreenderam para a preservação do patrimônio histórico, criando inclusive uma comissão que estabelecia critérios de classificação para posterior tombamento. A Carta de Atenas, documento constituído em 1931, na Conferência Internacional para a Conservação dos Monumentos Históricos⁶, foi de extrema importância para se iniciarem legislações voltadas à salvaguarda dos monumentos históricos e, em 1964⁷, é organizada a Carta de Veneza. A preocupação com os monumentos históricos começava então a ter desdobramentos mais significativos e alguns anos após a criação da Carta de Veneza, muitos países de todos os continentes haviam assinado a Convenção do Patrimônio Mundial. O objetivo maior dessa convenção que ocorreu em 1972 era reunir, em um único documento, critérios, noções de proteção e preservação dos bens culturais.

Todas as medidas até então determinadas ainda não alcançavam uma preservação efetiva dos monumentos históricos, especialmente,

⁵ Segundo Choay (2001), enquanto os países do Ocidente já se preocupavam com a salvaguarda de seus monumentos históricos, o Japão, até a década de 1870 não possuía interesse na preservação dos seus, mantendo-os sempre renovados. Os Estados Unidos foi um dos primeiros países a preocupar-se com a preservação do patrimônio natural ou ambiental.

⁶ A conferência foi organizada pela Sociedade das Nações e teve somente a participação de países europeus. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em 17 maio 2010.

⁷ Na conferência realizada nessa data, II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, em que o novo documento então foi instituído, além dos países europeus, participaram também a Tunísia, México e Peru. Documentos correlatos encontram-se disponíveis em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em 17 maio 2010.

com o advento da Revolução Industrial e o constante progresso da sociedade. Outros motivos a mencionar seriam os dispendiosos custos que a preservação de determinados monumentos históricos requeriam e a falta de metodologias adequadas para se realizarem os procedimentos de tombamento, o que desencadeava a paralisação de vários projetos. Houve também movimentos organizados por arquitetos modernistas em meados do século XX, que determinavam a substituição dos antigos monumentos por edificações mais modernas, visando a melhoria das condições de vida da sociedade, argumentações essas que, em verdade serviam para camuflar e justificar a destruição ou adulteração dos monumentos históricos. Além disso, havia uma legislação falha que privilegiava o interesse do poder público (CHOAY, 2001 e LEMOS, 1981). Tudo isso ocasionava o que se pode identificar como declínio patrimonial. Mesmo assim, havia aqueles que realmente defendiam a salvaguarda do patrimônio histórico como um elo incontestável de resgate da história e da memória de toda a sociedade mundial.

A natureza afetiva do seu propósito é essencial: não se trata de apresentar uma informação neutra, mas de tocar, pela emoção, uma memória viva. Nesse sentido primeiro, chamar-se-á monumento tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas remorem acontecimentos, sacrifícios, ritos, crenças. A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. (CHOAY, 2001, p. 18).

A relação do tempo vivido com a memória e a possibilidade de se conhecer e compreender as origens são algumas das diversas

argumentações que determinados grupos defensores da preservação dos monumentos históricos passam a explicar sobre a semântica do patrimônio construído e sua relevância. Esse assunto passa a estabelecer amplas interpretações sobre seu significado e começa a desencadear sentidos de valoração concretos. O monumento histórico passa, então, a ser percebido como uma defesa contra a perda do que se pode denominar “a essência das sociedades”, em verdade é tudo aquilo que as constituiu e que também determina sua continuidade. Desse modo poder-se-ia também indagar-se que os monumentos seriam como uma espécie de dispositivo de segurança do universo cultural.

Essa noção de monumento histórico como base essencial para a compreensão do desenvolvimento das sociedades já se anunciava no século XVIII, quando historiadores, filósofos, escritores, sociólogos e outros tantos estudiosos pretendiam buscar elementos que estruturassem o desenvolvimento da existência do homem. Os historiadores, em específico, tinham a necessidade de utilizar inúmeras fontes de informação para construir a sucessão dos processos históricos, desse modo os monumentos edificados tornam-se fundamentais para esses estudos. A resultante transformada e contextualizada começa a apontar conceitos distintos de compreensão em relação à preservação e a finalidade dos monumentos históricos passa então a relacionar-se com a sociedade de maneira ambígua. A intenção histórica⁸ levará à reflexão sobre o passado e determinados acontecimentos mais relevantes. Os

⁸ 7 Essa intenção histórica pode estar relacionada com a questão de preservação para rememoração de determinados fatos, e que, muitas vezes podem estar ligados a acontecimentos desastrosos como é o caso da Primeira e da Segunda Guerra Mundiais.

objetos preservados e acumulados mostram e asseguram o conhecimento desenvolvido pelo homem ao longo de certo percurso histórico, e nesse sentido, é possível apreender e compreender como se constituíram as diversas culturas passadas. Também é possível analisar que não há somente uma apreciação intelectual sobre os monumentos históricos, objetos de uso ou relíquias que se colocam como patrimônio à sociedade atual, a condição da arte ainda transforma essa apreciação, tornando-a mais refinada. Dessa forma se faz imprescindível uma mediação apropriada, para que o indivíduo observador apreenda verdadeiramente os valores históricos e simbólicos agregados a um determinado objeto preservado. Assim poderá refletir sobre as concepções de história e memória nele impregnados, para então correlacionar todos os aspectos necessários ao conhecimento que ele, o objeto, permite desvendar.

Pensar as questões simbólicas e de afetividade que determinado monumento possui, permite refletir que essas peculiaridades atuam diretamente sobre a memória da sociedade ou de um indivíduo em particular, como é o caso dos monumentos/túmulos no espaço do cemitério. A ação de preservação material igualmente se correlaciona por meio dos rituais e práticas religiosas⁹ que nesse espaço se praticam, e, sendo assim se pode evidenciar que as manifestações culturais são indissociáveis do patrimônio material. Porém, em se tratando dos monumentos/túmulos, a relação afetiva ainda prevalece sobre essas expressões de cultura. Em verdade o monumento histórico e todas as

⁹Os rituais praticados nesses espaços decorrem de acordo com a tradição religiosa e de crença pela morte, essas respectivas à cultura de cada etnia.

práticas ou manifestações que em seu entorno decorrem, têm por intento reviver um passado que, mergulhado no tempo retorna por meio das reminiscências, essas que podem ser resgatadas de maneira distinta por cada sociedade e indivíduo.

Essas expressões de cultura determinaram o surgimento do que hoje se conhece por “patrimônio intangível ou imaterial”, esse que aparece inicialmente no cenário internacional devido aos questionamentos por parte de alguns países¹⁰ que solicitavam soluções para a salvaguarda não somente dos bens móveis e imóveis, como também das manifestações culturais tradicionais e populares. O resultado dessa solicitação desencadeou a “Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular”, que data de 1989. Esse documento é referência até os dias atuais e com ele as manifestações culturais registradas passaram a ser denominadas “patrimônio cultural imaterial”. Importante ressaltar que países do Oriente como o Japão já organizavam a preservação de suas manifestações culturais desde os anos de 1950. A Recomendação de 1989 em Paris (UNESCO) foi a primeira a reconhecer a importância da preservação dos bens imateriais.

Em nosso país o reconhecimento dos bens intangíveis remonta a década de 1930¹¹ conjuntamente à criação do Instituto do Patrimônio

¹⁰ Entre os países que reivindicaram a realização de estudos para a proteção das manifestações culturais pode-se destacar a Bolívia. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Relatório de atividades 1996-1997. Brasília, 1997.

¹¹ Com o anteprojeto de Mário de Andrade.

Histórico e Artístico Nacional – IPHAN¹², porém é necessário ressaltar que nesse período ainda não havia sido criada nenhuma legislação que reconhecesse os bens imateriais. Somente em 1988, os Artigos 215 e 216 da Constituição Federal brasileira, foram elaborados especificamente para que a proteção dos bens materiais e imateriais fosse de fato efetivada.

A reflexão sobre patrimônio imaterial se desenvolveu pela necessidade da salvaguarda das manifestações culturais não somente pelo caráter de amplitude que as questões patrimoniais então demonstravam, mas pela análise de que essas manifestações se correlacionavam totalmente aos bens móveis e imóveis. Essa conscientização pela proteção das culturas poder-se-ia considerar uma evocação à memória, essa que, estaria a contribuir para manter viva a história das sociedades e suas estruturas. E nesse sentido, o espaço do cemitério pode ser analisado como um desses espaços culturais populares e tradicionais de fato, uma vez que o uso de expressões e práticas culturais nele coexiste com os monumentos/túmulos aqui percebidos como bens materiais. Isso permite refletir mais uma vez que, o imaterial e o material estão correlacionados e que não se pode compreender os bens culturais materiais sem considerar sua dimensão imaterial. Do mesmo modo que não se pode apreender o abrangente significado do patrimônio imaterial sem ter como base o conhecimento dos valores que se investem no processo dos bens materiais.

¹² O IPHAN é a mais antiga instituição de preservação de bens culturais na América Latina. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Relatório de atividades 1996-1997. Brasília, 1997.

O cemitério¹³, portanto, como um espaço cultural traz para o início dessas reflexões a figura das pirâmides egípcias, essas edificações funerárias que acumularam durante muitos séculos a história de uma grande civilização. Nesse sentido pode-se afirmar que o homem sempre esteve preocupado em manter sua identidade para as gerações próximas e, num sentido mais amplo, de perpetuar sua história, deixando subsistir assim sua memória. Diante das sociedades subsequentes referências culturais se canalizariam e, mesmo sobrepondo novos traços de cultura haveriam correlações indissociáveis, essas que determinariam a propagação e a continuidade dos costumes, ritos entre outras manifestações que transcendem esse espaço funerário. O cemitério, então considerado como patrimônio tanto material quanto imaterial tem, portanto, uma significação histórica extremamente relevante e de rica diversidade cultural. Conforme ARIÈS (1982, p. 518) “Grande parte do que conhecemos sobre a Antiguidade deve-se aos túmulos e objetos que ali foram acumulados.”

É na Idade Média que os mortos começam a ter locais específicos para o sepultamento, porém com diferenciação de espaço de acordo com a classe social. As pessoas influentes e abastadas ficavam sepultadas próximas dos altares das igrejas e aqueles desprovidos de bens eram enterrados nos pátios fora da edificação. Mais tarde, no fim do século

¹³ Cemitério palavra de origem grega *Koumetèrion* que referencia o local para se dormir. A Igreja Católica apropriou-se desse termo usando a palavra do latim *Coemiterium* pela ligação que faz ao “descanso”, uma apologia ao descanso de Jesus Cristo antes de sua ressurreição. REZENDE, Eduardo. Cemitérios. São Paulo, 2007, p. 12.

XVII, devido a medidas sanitárias¹⁴ e questões políticas¹⁵ os sepultamentos passaram a ser realizados em área aberta, se instalaram então os campos de sepultamentos ensolarados, os chamados “campos santos”. Tornaram-se então locais de comemoração, de piedade e de recolhimento e, ainda ficaram mais próximos da espiritualidade de cada cultura.

Em nosso país, durante o período colonial, os indivíduos, tal como ocorria na Europa, eram sepultados geralmente sob o piso ou nos arredores das igrejas e conventos. Também por circunstâncias de saúde pública, em 1828¹⁶ passam a existir leis que determinavam a criação de cemitérios municipais, porém esses só começaram a ser usados de fato em 1850. A legislação ainda previa a existência de cemitérios particulares que seriam designados às irmandades. Entretanto, havia poucos cemitérios públicos, e seu uso era proibido aos acatólicos¹⁷, pelo fato desses espaços em princípio terem sido consagrados à Igreja. Mais

¹⁴ Esses locais internos permitiam a transmissão de doenças por meio de miasmas concentrados nas naves e criptas, além do cheiro insuportável da decomposição dos corpos. VALLADARES, Clarival. *Arte e Sociedade nos Cemitérios Brasileiros*. Rio de Janeiro, 1972.

¹⁵ O Estado laicizado decidiu fazer a separação desses espaços dos domínios da Igreja. VALLADARES, Clarival. *Arte e Sociedade nos Cemitérios Brasileiros*. Rio de Janeiro, 1972.

¹⁶ A proibição de enterros no Brasil já havia sido recomendada em 1801, por uma Carta Régia, essa regulamentada em 1828. Os médicos Manuel Maurício Rebouças e Libero Badaró, muito contribuíram para que os sepultamentos decorressem fora dos recintos das igrejas. REZENDE, Eduardo. *Cemitérios*. São Paulo, 2007, p. 70-71.

¹⁷ Em 19 de fevereiro de 1810, Portugal firmou três tratados com a Inglaterra. Um deles, o Tratado de Comércio e Navegação, mediante seu Artigo 12, concedeu liberdade de culto aos ingleses e tolerância religiosa a outros acatólicos residentes no Brasil. Mesmo assim a Igreja dominaria certas instâncias, até que novas medidas legislativas fossem implantadas. MATOS, Alderi S. *O Cemitério dos Protestantes em São Paulo*. Igreja Presbiteriana do Brasil, 28 abr 2005. Disponível em: <<http://www.ipb.org.br>>. Acesso em: 16 jul 2010.

tarde, em 1879, da mesma forma como ocorreu na França, Saldanha Marinho apresentou um projeto de lei transferindo a administração dos cemitérios públicos para a exclusiva competência das câmaras municipais, sem intervenção de qualquer autoridade eclesiástica.

Em grande parte hoje os cemitérios no mundo podem ser definidos em duas tipologias básicas, o tradicional de origem européia com seus monumentos/túmulos repletos de esculturas e adornos e o jardim, esse idealizado pelos estadunidenses. Do mesmo modo, a classificação pode ainda estabelecer outros princípios para esses espaços, a concessão privada, as classes sociais e a religiosidade.

Mesmo apresentando-se com configurações distintas, em cada espaço cemiterial é possível analisar a presença de culturas várias, e não somente isso, a busca pela identidade etnológica ou de manifestações religiosas¹⁸ se faz presente em todos eles. O que permite retomar o assunto do patrimônio imaterial, esse que pretende resgatar, proteger e manter as expressões de cultura existentes. Mas cabe afirmar que nem todas as manifestações exercidas nesses espaços são consideradas oficialmente patrimônios imateriais¹⁹. Mesmo assim, a afetividade pelas referências que não se quer perder as mantém vivas para a memória de

¹⁸ O “Dia dos Mortos” ou “Dia de Finados”.

¹⁹ Entre algumas etnologias esse dia pode ser comemorado seguindo calendário e rituais distintos de acordo com cada cultura. O México é um dos países que mais cultua essa data, o dia da celebração dos mortos tem grande importância na vida das comunidades indígenas desse país, pois afirma o papel do indivíduo na sociedade. O “Dia dos Mortos” comemorado nesse país foi reconhecido pela UNESCO como importante representação do patrimônio vivo da América e do mundo. Originalmente proclamado em 2003, encontra-se inscrito desde 2008 na Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade. Assunto disponível em: <<http://www.unesco.org>>. Acesso em: 20 jul 2010.

suas comunidades respectivas e ainda as torna possíveis ao conhecimento do coletivo sobre o que foram e são, por conseguinte, essas celebrações fúnebres vão além do caráter de adoração e homenagem aos mortos. Esse propósito de cultivar a memória pelo aspecto da morte pode ser muito mais amplo, pois a morte pode ser analisada como o princípio para compreensão da própria vida. Está presente em todas as argumentações de estudos das mentalidades das civilizações. Desde o início dos tempos, a necessidade de entender os mistérios da vida e da morte, permeia os pensamentos do homem e, muitos rituais se criaram para tentar dar sentido à existência humana e seu fim.

Além das questões ritualísticas, várias simbologias estão presentes em todos os cemitérios por meio de linguagens ou alegorias sintéticas ou não, fazem referências aos mortos e suas famílias. Correlacionam-se a um preceito de representação póstuma de gêneros diversos com discursos sobre a morte e sobre o indivíduo falecido, e, ainda permitem evidenciar relações de esfera social com o intuito de conferir a supremacia das classes dominantes. E, do mesmo modo elementos simbólicos e ideológicos também são utilizados para enaltecer circunstâncias sócio-históricas e culturais específicas. Nesse ponto se faz necessário refletir que os indivíduos têm sua vida representada em grande parte por símbolos e, no caso de sua partida, a representação para esse momento não seria diversa. Como uma espécie de tradição universal discursiva e alegórica os epitáfios e as lápides também acabam por fazer parte dos costumes ritualísticos fúnebres das sociedades, desde

a Antiguidade até a atualidade, e não só isso, mais uma vez tem-se uma forma de memória que se quer afirmar e transcender a outras gerações.

Para compor as questões representativas existentes no cemitério cabe ainda mencionar a arte tumulária que se tornou uma forma peculiar de representação e, transformou alguns espaços cemiteriais em uma espécie de museus de belas-artes e em locais de contemplação²⁰. Isso permitiu desmitificar a aparência melancólica do cemitério e, assim a visita deixou de ser apenas uma forma de manter viva a lembrança daqueles que se foram. A arte tumulária, em alguns centros urbanos, demonstra diversas características possíveis de serem reconhecidas. Em nosso país, na segunda metade do século, imigrantes, especialmente vindos da Europa, estabelecidos e com situação financeira satisfatória, preocupavam-se então em enaltecer o nome de suas famílias e, isso também passou a estar presente nos monumentos/túmulos. Alguns cemitérios como São Francisco de Paula em Curitiba, de Parelheiros (mais especificamente de imigrantes alemães) e do Araçá em São Paulo, por meio de suntuosos conjuntos de mausoléus e capelas, passaram a recriar ambientes que remetiam aos costumes e tradições de várias etnias firmadas em nosso país.

Nesse sentido podem-se analisar hábitos familiares específicos também ali representados, (VALLADARES, 1972) isso leva a perceber

²⁰ O advento da arte tumular e o interesse das ciências sociais e históricas em pesquisar os cemitérios para entender as sociedades e muitos de seus desencadeamentos, trazem então uma ressignificação a esses espaços e, isso trará para dentro deles uma nova forma de exploração, o turismo.

que esses indivíduos tratam de suas capelas e jazigos como se fossem extensões de suas casas. E vislumbram-se assim muito mais as expressões domésticas do que aquelas escatológicas, o que traduz a questão do preservar não somente pelos hábitos ritualísticos de reverência ali praticados, como também por meio das simbologias e valores afetivos que cercam a materialidade dos monumentos/túmulos.

Para observar esses aspectos algumas visitas foram realizadas ao Cemitério São Francisco de Paula²¹, em Curitiba. Nesse espaço é possível evidenciar certas divisões, em um dos limites há monumentos/túmulos predominantemente verticais, em outro prevalecem alamedas com capelas familiares²², outra categoria é a dos jazigos mais singelos e há ainda os conjuntos de edificações que remetem a minúsculos prédios²³. Na questão tipológica a miscigenação dos monumentos/túmulos existentes poderia elencá-lo como cemitério misto, porém, por se tratar do primeiro espaço cemiterial erguido na cidade, e pelo tradicionalismo das famílias que ali se localizam, sua tipologia é certamente histórica. Sendo assim, é possível observar que entre essas características, o São Francisco de Paula deixa refletir por meio de suas configurações tumulares os fluxos imigratórios que para essa cidade trouxeram novas culturas, os desdobramentos sociais e os

²¹ Esse espaço é principiado em 1854, porém tem sua conclusão somente em 1866, mesmo assim, no decorrer de suas obras, recebeu inúmeros sepultamentos, especialmente das famílias tradicionais da sociedade curitibana. BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS. *Cemitério São Francisco de Paula: Monumento e Documento*. Curitiba, 1995.

²² No interior dessas pode-se evidenciar o que VALLADARES apresenta em suas considerações, conforme supracitado.

²³ Essa tipologia de edificação cemiterial muito utilizada a partir do ano de 1970 sobrepe várias gavetas, é também um recurso para a falta de espaço no cemitério.

andamentos econômicos²⁴, de fato a história da cidade. Não cabe aqui descrever em detalhes ou categorizar as alegorias existentes no local, assegurando-se a existência da monumentalidade e de elementos que evocam leituras diversas. Porém, o que se pode afirmar, após contemplá-las, sem dúvida, é a situação de comoção emocional e a intenção de sobrevivência das lembranças correlatas aos indivíduos que ali se encontram.

Todas as alegorias, bem como as estruturas arquiteturais configuradas nos distintos espaços cemiteriais apresentam-se de forma peculiar, sejam agrupados em conjuntos narrativos ou representados por elementos únicos, tendem a metaforizar seus significados. Mesmo inseridos em um local onde há a presença da morte, dificilmente serão interpretados de maneira literal, ou seja, cada indivíduo de acordo com seu repertório de conhecimento, assim como seu sentimento pela morte, validará essa experiência distintamente e à sua maneira. De acordo com as afirmações de LE GOFF (1996)

“[...] a verdade consiste em evitar o esquecimento. Existe um dever de memória, principalmente em relação ao que dói e incomoda. [...] os fenômenos da memória em qualquer de seus aspectos [...] são os resultados de sistemas dinâmicos de organização e apenas existem na medida em que a organização os mantém ou os reconstitui. A memória,

²⁴ Para esse aspecto pode-se destacar a contribuição dos ervateiros, esses que possuem um monumento/túmulo a eles dedicado, o Jazigo Perpétuo da Sociedade Beneficente dos Trabalhadores da Erva Mate. BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS. *Cemitério São Francisco de Paula: Monumento e Documento*. Curitiba, 1995, p.101.

onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro.”

Considerar o espaço do cemitério como fonte patrimonial cultural é compreender e apreender todos os sinais que ali se encontram. Para além do carácter contemplativo das expressões artísticas, esse espaço, se amplamente analisado, permite ao indivíduo um olhar mais universal. Isso significa a viabilidade de explorar outros contextos, o histórico e o genealógico, o ideológico e as etnologias, o social e o econômico, e também para o entendimento de crenças religiosas. Todos ali se encontram, seja na estrutura arquitetural dos monumentos/túmulos, nas inscrições dos epitáfios, seja pelas simbologias que propiciam semióticas interpretações em suas lápides. Sob o aspecto principal que fez surgir esse espaço, a morte, todos estão correlacionados, e curiosamente têm a intenção de manter viva a memória. Talvez nenhum outro local dependa tanto dessas convivências quanto o cemitério, pois as mantém de todo modo, indissociáveis.

REFERÊNCIAS

ARIÉS, Philippe. *História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

ARIÉS, Philippe. *O Homem diante da morte, vol. I*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora S.A., 1981.

_____. *O Homem diante da morte, vol. II*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora S.A., 1982.

BIEDERMANN. Hans. *Dicionário ilustrado de símbolos*. São Paulo: Melhoramentos, 1994.

BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS.
Cemitério Municipal São Francisco de Paula: Monumento e

Documento. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, v. 22, n. 104, abr. 1995.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHEVALIER, Jean. *Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2005.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do patrimônio* / Françoise Choay; tradução de Luciano Vieira Machado. – São Paulo: Estação da Liberdade: Editora UNESP, 2001.

CRUZ, Jorge L. *O Fardo da Curadoria* in: CONCINNITAS: arte, cultura e pensamento. Rio de Janeiro: Revista do Instituto de Artes da UERJ, 1997. p. 5-13.

BACHELARD, Gastón. *A Poética do Espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

GOMBRICH, Ernst. *História da arte*, 13ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

GRASSI, Clarissa. *Um Olhar... A arte no silêncio* / Clarissa Grassi. Curitiba: C. Grassi, 2006. ISBN 85-906278-0-2

HORTA, Maria Lurdes Parreira; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN / Museu Imperial, 1999. ISBN 85-87222-01-5.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira. *Lições das coisas: o enigma e o desafio da educação patrimonial*. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília, nº 31, 2004. p. 221-233.

HOUAISS, Antonio. *Dicionário Melhoramentos da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1988.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Relatório de atividades 1996-1997*. Brasília, 1997.

KERSTEN. Márcia S. de A. *Os rituais do tombamento e a escrita da história*. Curitiba: Ed. UFPR, 2000.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória* / Jacques Le Goff, tradução Bernardo Leitão [et. al.]. 4ª ed. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1996.

_____. *História: novos objetos*, direção de Jacques Le Goff e Pierre Nora; tradução de Terezinha Marinho, revisão técnica de Gadiel Perruci. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S. A., 1995.

LE MOS, Carlos A. C. *O que é Patrimônio Histórico?* São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII* / Giovanni Levi; prefácio de Jacques Revel; tradução Cynthia Marques de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 200.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. Portugal: Edições 70, 1996.

KOHLSDORF, M^a Elaine. *A apreensão da forma da cidade*. Brasília: Ed. UNB, 1996.

OLIVEIRA, Ana Gita de (org.) *Patrimônio Imaterial*. Revista Tempo Brasileiro, out./dez. - nº 47 - 2001 - Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, ed. trimestral. ISSN 0102-8782.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores* / Dominique Poulot; tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

REZENDE, Eduardo C. M. *Cemitérios*. São Paulo: Editora Nécropolis, 2007.

SANTAELLA, Lúcia. *O que é Semiótica*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense S.A.

STRICKLAND, Carol. *Arte Comentada: da pré-história ao pós-moderno* / Carol Strickland; tradução Angela Lobo de Andrade. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

UNESCO. “*Recommandation sur La sauvegarde de La culture traditionnelle ET populaire adoptée par La Conférence générale à l’occasion de as vingt-cinquième session*”. Paris, 15 novembre 1989, p. 15.

VALLADARES, Clarival do Prado. Arte e sociedade nos cemitérios brasileiros. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972.

WEHLING, Arno; WEHLING, M. J. *Memória e história, fundamentos, convergências, conflitos in: Memória social e documento: uma abordagem interdisciplinar*. Rio de Janeiro: UNIRIO, 1997.